



MINDING THE GAP: CRISES INTERNACIONAIS E O POTENCIAL DA AMÉRICA DO SUL COMO AGENTE ESTABILIZADOR

MARÍLIA CAROLINA BARBOSA DE SOUZA PIMENTA (ORG.)

JÚLIA QUIRINO PEREIRA
LETÍCIA RIZZOTTI LIMA



SETEMBRO | 2022



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Cláudia Alvarenga Marconi
Coordenadora Acadêmica

Rafael de Souza Nascimento Miranda
Coordenação Executiva

COORDENAÇÃO DOS EIXOS DE PESQUISA

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi
União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen
Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta
Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto
Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos
Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável





O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.



SOBRE OS AUTORES

MARÍLIA CAROLINA BARBOSA DE SOUZA PIMENTA

Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, na área de concentração: Paz, Defesa e Segurança (2016). Pesquisadora visitante em Maxwell School-Syracuse University (2015). Pesquisadora do NUPRI-USP. Docente na FECAP-SP, onde também é coordenadora do curso de Graduação em Relações Internacionais e coordenadora do curso de Pós-Graduação em Negócios Internacionais. É sócia da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), sócia da International Studies Association (ISA). Na ABRI é membro da Diretoria, e na ABED é coordenadora da Área Temática: Segurança Internacional e Defesa. E-mail: marilia.pimenta@fecap.br

JÚLIA QUIRINO PEREIRA

Mestranda em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança, Universidade Federal Fluminense, Brasil. Pesquisadora Associada a Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil. Head Rede Américas UNTOC|UNODC tráfico de armas de fogo. E-mail: juliaquirino@id.uff.br

LETÍCIA RIZZOTTI LIMA

Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), na área de concentração de 'Paz, Defesa e Segurança'. Docente de Relações Internacionais, Centro Universitário Sagrado Coração, Brasil. Email: leticia.rizzotti@unesp.br



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
INTRODUÇÃO	6
ANTECEDENTES	7
METODOLOGIA	8
REVISÃO DA LITERATURA	9
PROSPECTOS DE OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA	12
DESAFIOS REMANESCENTES	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21



SUMÁRIO EXECUTIVO

- A segurança internacional tem sido palco de intensas modificações ao longo dos últimos anos e a pandemia por COVID-19, ao lado da Guerra na Ucrânia aceleraram processos já em curso na agenda internacional e exigiram novos cálculos e redirecionamentos no que se refere às agendas de segurança nacional e regional.
- A alta nos preços dos alimentos e combustíveis, entre outros produtos, já vinha ocorrendo com a pandemia, e houve um aumento intensificado pela Guerra na Ucrânia, acrescida de uma crise de abastecimento, seja pelo bloqueio dos principais de saída da Ucrânia, seja por decisão russa, em reação às sanções que lhes foram impostas.
- **Isso posto, o presente *Policy Paper* defende que a América do Sul pode desempenhar um papel de agente estabilizador diante de uma crise internacional de alimentos e de combustíveis, por ser uma das maiores produtoras de alimentos do mundo e por ser uma das maiores produtoras de energias renováveis do mundo.**
- Cabe destacar que a crise de alimentos e combustíveis afeta os países de forma desigual, por terem níveis de dependência e vulnerabilidade distintos, entretanto, tais crises acarretam outras crises, como conflitos internos, guerras, instabilidades, e a geração de deslocamentos em massa, afetando diretamente países destino de tais processos migratórios.
- Dentre os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações, o presente *Policy Paper* destaca os cinco (05) seguintes: 1: Erradicação da pobreza; 9: Indústria inovação e infraestrutura; 10: Redução das desigualdades; 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes e 17: Parcerias e meios de Implementação; como sendo vitais para o contexto atual de crise.
- Assim, lideranças da América do Sul, como o Brasil e a Argentina, assim como institucionalidades regionais, como a UNASUL, precisam participar ativamente de articulações e coordenações com a União Europeia, ONU, FAO, e países-chave neste processo, como a França e a Alemanha, para que possam buscar novos termos às transações comerciais agrícolas, e para possíveis cooperações técnico-científicas ou mesmo comerciais no tema energético, para que o componente geopolítico seja um guia para melhor proteger as sociedades diante do cenário de guerra que assombra mundo neste contexto atual.
- Finalmente, o paper apresenta desafios na América do Sul no que se refere à presença de produção e tráfico de drogas e conexões do crime local com grupos organizados transnacionais, além de rotas internacionais para o tráfico de drogas, especialmente para a América do Norte e Europa. Tal fenômeno demanda ação integrada e coordenada com outros atores, além de uma perspectiva de segurança multisetorial, que leve em conta múltiplas alternativas, incluindo a dessecuritização.
- Diante deste cenário, é necessária uma articulação entre atores regionais, nacionais e multilaterais para que soluções sustentáveis sejam identificadas e novos planos de ação sejam traçados por *policymakers* junto a seus *stakeholders* principais.

INTRODUÇÃO

O presente *Policy Paper* é o primeiro de uma série de *Policy Papers* que serão entregues pelo GT de Segurança Internacional e Regional, do Módulo da Cátedra Jean Monnet FECAP-SP. O intuito desta primeira versão é edificar o argumento principal a ser desenvolvido nos próximos *Policy Papers*: **o papel potencial de agente estabilizador que a América do Sul pode desempenhar diante de crises internacionais**, sobretudo de teor alimentar e energético. Para desenvolver tal potencial, será necessário ajustes em políticas em andamento, bem como alterar a rota da compra de alimentos por parte da Europa, com vistas a se ajustar a cortes abruptos de fornecimento, ocasionados por guerras, como fora visto no contexto recente da Guerra da Ucrânia, desde fevereiro de 2022.

A simples ameaça de interrupção de fornecimento de trigo, ou de outros produtos essenciais para consumo na Europa já coloca o continente em uma situação de vulnerabilidade. Em paralelo, ameaças também foram feitas por interrupções nas cadeias de abastecimento de produtos industrializados em geral, com a eclosão da pandemia por covid-19, desde março de 2020, e os efeitos em cadeia que tal fenômeno trouxe para a vida cotidiana das sociedades em geral.

Isso posto, o presente *Paper* propõe um arcabouço teórico-conceitual que parte de uma visão expandida de segurança, que tem suas raízes na Escola de Copenhague e na Escola de Paris e dissecar a segurança em múltiplos setores, sendo que, para a presente análise, a segurança ambiental mais ampla acaba por se desdobrar em segurança alimentar e segurança energética: ambos setores vitais ao funcionamento cotidiano das sociedades. E a Europa, nesse sentido, tem se mostrado cada vez mais pressionada, seja pelas mudanças no ambiente macro: a competição entre Estados Unidos e China ao fundo, seja pelos eventos

mais recentes acima citados: pandemia por covid-19 e a Guerra na Ucrânia. A ação preventiva diante de tais fenômenos deverá ser o guia para as próximas decisões estratégicas do continente e, em que pese todos os desafios existentes no campo das trocas costumeiras no setor de alimentos, a componente geopolítica e geoestratégica deverá ser, cada vez mais, levada em conta. Em paralelo, as constantes ameaças em torno do fornecimento de gás para a Europa, por parte da Rússia, com a proximidade do inverno, acende um alerta que já vem se desenhando há anos: a necessidade premente de se buscar fontes alternativas e, de forma preferencial, renováveis de energia.

Nesse ínterim, a América do Sul, enquanto um continente que se apresenta como o principal produtor de alimentos do mundo, incluindo fontes alternativas ao trigo, como o milho e a mandioca, além de grãos e proteína de fonte animal pode e deverá ser considerado enquanto escolha geoestratégica prioritária para fornecimento de alimentos nas próximas décadas, a fim de diminuir a dependência de atores menos confiáveis sob o ponto de vista político. Em paralelo, a América do Sul é um dos continentes mais "limpos" do mundo sob o ponto de vista das fontes alternativas energéticas e há um potencial exportador para esta energia, como a exportação do etanol, que está subutilizada. Há também a possibilidade da exportação do know how, de capacidades técnicas, no sentido de ajudar outros players a desenvolverem, por meio de novas tecnologias, fontes renováveis de energia. Este é o cenário defendido por esta análise.

Assim, apresenta-se um framework analítico, a fim de posicionar este debate dentro da literatura corrente, além de apresentar dados, e enquadrar este framework nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODSs da ONU), para que os possíveis interlocutores deste *Policy Paper* visualizem a segurança a partir desse prisma expandido, com uma postura preventiva, e com uma perspectiva de

longo prazo e não apenas reativa e com vistas ao curto prazo.

Escolhas políticas, mais do que nunca, deverão levar em conta parceiros estratégicos estáveis, com compartilhamento de valores e relações de amizade históricas, sobretudo em temas sensíveis como alimentos e fontes energéticas, e nesse sentido, a América do Sul pode preencher uma lacuna importante para os próximos cálculos ou redirecionamentos político-estratégicos europeus que talvez não estivessem sendo tão levados em conta nos últimos anos. Tal esforço se constitui na proposição de um diálogo aberto com a sociedade e seus *stakeholders* relevantes para a presente análise, pois exigirá recálculo de rota, tomada de novas decisões, que exigirão investimentos e a criação e/ou fortalecimento de parcerias estratégicas que serão vitais para os próximos anos.

Em paralelo, se apresentam desafios provenientes da América do Sul, sobretudo no que se refere à produção e tráfico de drogas e à presença em seu território de rotas internacionais que vão até a Europa. Tais desafios exigem cooperação e articulação, dentro de um escopo ampliado de segurança humana e multidimensional. Instituições como a UNASUL têm sido vitais para a institucionalização de políticas coordenadas intra-regionalmente e como potencial ator para articulação inter-regional com outros atores.

Os próximos *Policy Papers*, nesse sentido, irão desmembrar este primeiro documento e detalhar cada uma das frentes de investigação aqui expostas, e apresentar novas perspectivas, com a identificação de *stakeholders* e de temas focais, com vistas a criar estratégias e a propor recomendações a todos que se interessarem pelos rumos que os *polymakers* deverão tomar diante de um cenário de incertezas e instabilidades, ao presenciar e gerenciar grandes crises internacionais.

ANTECEDENTES

O espectro da segurança internacional está passando por rápidas transformações. O gradual deslocamento da supremacia norte-americana, acompanhada de seus valores fundamentais, para um ambiente de competição pela hegemonia com a China, vem trazendo uma série de pressões em diferentes regiões do sistema internacional. Para além deste aspecto, dois fenômenos foram responsáveis pela aceleração de processos de securitização que já estavam em curso: a (i) pandemia global por covid-19, e a (ii) Guerra na Ucrânia. Tais fenômenos trouxeram impactos sistêmicos e têm a Europa como epicentro. E, nesse sentido, ao mesmo tempo que a América do Sul traz desafios para este cenário, como no campo do fluxo de ilícitos, traz também oportunidades enquanto potencial agente estabilizador para crises internacionais que envolvem, sobretudo, alimentos e energia.

Em 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), decretou oficialmente a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2).

Houve assim, a intensificação de processos de securitização da saúde, sobretudo da cadeia produtiva “vital”, como a cadeia produtiva médico-hospitalar, fechamento de fronteiras, imposição de restrições em diversas regiões. Diversas rupturas na produção global, causadas por bloqueios abruptos da demanda e/ou da oferta, trouxeram a escassez de insumos, demoras prolongadas na cadeia de suprimentos, quebra de contratos, instabilidade jurídica e econômica, e um cenário de incertezas para a sociedade em geral.

Os efeitos ainda estão sendo sentidos, no que se refere aos danos econômicos e às consequências dos processos de “*on shore*”,



“*near shore*” e “*friend shore*”. No campo da segurança internacional, deslocamentos da distribuição de produtos essenciais e demonstrações de agilidade e eficiência ao conduzir a sociedade ao longo da pandemia também foram demonstrações de poder, gerando competições entre players globais.

Dois anos depois, em fevereiro de 2022, com uma série de operações militares simultâneas, a Rússia invade a Ucrânia e rapidamente penetra o território ucraniano, nas imediações de Kiev, incluindo a ocupação de usinas nucleares; e rumo às fronteiras marítimas ao Sul, local estratégico sob o ponto de vista geopolítico. Como consequência imediata, a comunidade internacional reagiu, impondo sanções, bloqueios e, de forma inédita e espontânea, muitas empresas deixaram a Rússia, como forma de boicote às ações militares do país.

Entre as consequências mais graves deste conflito, que se podem observar após oito meses de seu início, são (i) a enorme pressão migratória aos países fronteiriços com a Ucrânia, sobretudo na Polônia, principal destino dos refugiados, (ii) a instabilidade energética, sendo a Ucrânia um país de passagem do gás proveniente da Rússia e que abastece boa parte da Europa continental, sobretudo a Alemanha, e a Rússia tem ameaçado o corte de fornecimento de gás à Europa, conforme o inverno de 2022/23 se aproxima e, finalmente, (iii) a insegurança alimentar, sendo a Ucrânia o principal produtor de fertilizantes e um dos maiores produtores de trigo do mundo.

Nesse sentido, a América do Sul, enquanto um *locus* de atuação hegemônica dos Estados Unidos, e de proximidade histórica e estrutural com os países europeus, apresenta potencial para ser um **agente estabilizador** diante de tais crises no cenário da segurança internacional: argumento central do presente *Policy Paper*. O Brasil, em específico, apresenta uma capacidade ímpar, sobretudo no campo

alimentar e energético, de oferecer soluções, em diferentes níveis e de natureza distintas; diante de crises internacionais que envolvem esses dois setores vitais à vida em sociedade.

A região é a maior produtora de proteína animal e grãos do mundo, com capacidade de exportação para o mundo todo, em grandes volumes. Em paralelo, a região é umas das maiores produtoras de energia renovável do mundo, com desenvolvimento de tecnologias e mecanismos cada vez mais eficientes para a produção agrícola, industrial e transportes, entre outros. Essas e outras características trazem à região este potencial, a ser explorado nos próximos anos, caso medidas e decisões políticas sejam tomadas, levando em conta a segurança multidimensional e a reconfiguração, de forma preventiva, de relações estratégicas, com base em laços de amizade, reforçados perante um cenário de incertezas, choques e instabilidades.

Em paralelo, a América do Sul apresenta desafios, como a produção e tráfico de cocaína em escala global, presença de crime organizado e tráfico de armas, que impõem a atores receptores dessas drogas, como a Europa, por exemplo, ações coordenadas no sentido de prevenir, criar e articular políticas sustentáveis, sejam de manejo da agricultura, das alternativas econômicas, ações de apreensão, fiscalização e punição, ou mesmo ações de dessecuritização. Para tanto, atores institucionais como a UNASUL tornam-se relevantes à medida em que são locus para a articulação e coordenação política, tanto intra-regional, quanto inter-regionalmente.

METODOLOGIA

Este *Policy Paper* partiu da análise de dados primários, documentos oficiais, relatórios especializados e textos teóricos de autores especializados em segurança internacional. Para esta primeira versão, tem-se um diagnóstico, com base em dados e em análises

teórico-conceituais, com análise de conjuntura, que nos serão fundamentais para que nos próximos haja a prospecção de cenários e a construção de recomendações.

REVISÃO DE LITERATURA

O presente *policy paper* parte do arcabouço teórico-conceitual da segurança multidimensional, mais especificamente da chamada Escola de Copenhagen. A inclusão de pautas tradicionalmente não-militares no debate da segurança internacional foi notadamente relevante a partir dos anos 1990 com a distensão da Guerra Fria. Esta agenda foi largamente ampliada passando a ser composta por temas variados da vivência cotidiana das sociedades, em especial com atenção à proteção individual, dentro do que foi constituído como o guarda-chuva da ideia de “segurança humana” (BUZAN, WAEVER, DEWILDE, 1998; ROTHCHILD, 1995; ROZNAI, 2014) e da “segurança global multidimensional” (VILLA, 1999).

Os chamados “novos temas” de segurança passaram a ser abordados por escolas teóricas que tanto debatem o processo de entrada destas agendas, quanto o protagonismo de atores não-estatais nestes movimentos (BUZAN, HENSEN, 2012; BUZAN, WAEVER, DEWILDE, 1998). Nesta seara, a noção de “securitização” foi formulada no viés construtivista-heterodoxo da Escola de Copenhague atravessando, ainda hoje, disputas teóricas sobre diferentes interpretações possíveis (BUZAN, WAEVER, DEWILDE, 1998; CÔTÉ, 2016; GUZZINI, 2011).

Como ponto central, a teoria se debruçou sobre os processos de escalada das práticas de segurança e traçou o panorama sobre questões alçadas para fora do debate político, veiculadas discursivamente como um tema não relacionado ao objeto de pesquisa da dissertação a ser desenvolvida no Programa. Ameaças à sobrevivência da comunidade

política, a partir da capacidade de construir nexos interpretativos intersubjetivos à audiência (CÔTÉ, 2016; GUZZINI, 2011). Neste sentido, a completude do processo se faria com a presença de três eixos centrais interligados: um agente securitizador que proferisse o “ato de fala” enquadrando o assunto em pauta como ameaça para uma audiência validadora ou não da mudança de status da questão (BUZAN, WAEVER, DEWILDE, 1998).

Desta forma, este raciocínio teórico tem capacidade explicativa frente à ampliação do escopo da segurança internacional, impulsionada pela formulação de segurança multidimensional, uma vez que setores previamente distantes da lógica e instituições securitárias se tornaram alvo de práticas deste feito. Dentre as diversas temáticas que perpassam este enfoque, pode-se perceber a inclusão crescente das questões climáticas nas últimas três décadas. De forma densa a partir dos anos 1990, reuniões de alta cúpula das instituições internacionais e estratégias nacionais de defesa passaram a abordar estas questões com vocabulário de “ameaça”, vinculadas às noções de desenvolvimento e risco social (BRZOSKA, 2012). O viés alarmista em se tratar o clima nesta chave é presente desde a preparação da Conferência das Nações Unidas para o clima em 1992 (OELS, 2012). Identifica-se o ensaio da incorporação da linguagem sobre “ameaça” na própria redação da Convenção Quadro para Mudança Climática resultante do encontro, ainda que sob a égide de risco às condições climáticas e associação à produção alimentar (ONU, 1992).

Duas narrativas ganham fôlego a partir desse contexto para enquadrar políticas climáticas no raciocínio securitário no sentido de proteção das condições de vida: a primeira refere-se a própria percepção do risco existencial e a segunda construiu a associação com a escassez de recursos que motivaria conflitos armados e violência aberta (SCOTT, ANDRADE, 2012; TROMBETTA, 2008).



Dado os limites deste primeiro *Policy Paper*, nos atentaremos apenas à primeira a fim de remontar às transformações dos significados da segurança internacional após a Guerra Fria com atenção ao espaço ganho pelos setores não militares na lógica preventiva, ainda que ambas sejam entremeadas nos discursos sobre a questão. Isto, pois o movimento levado a cabo é permeado pelo debate de “risco global” que implica a construção de acordos em larga escala - primordialmente via instâncias multilaterais - e provoca impressões que as ameaças vão além das fronteiras nacionais, convocando possibilidades de concertação por parte de agentes não-estatais, a partir de interpretações que conjuguem interesses de diversos matizes (BECK, 2006; VILLA, 1999).

Desta forma, a ideia de que o Estado e as instituições de autoridade em geral são legitimados por sua funcionalidade de segurança à vida se vê enfraquecida em vista de que a previsibilidade das ameaças se esvai e suas origens são pulverizadas para âmbitos alheios à violência tradicional (BECK, 2006; TROMBETTA, 2008), impulsionados também pela exposição exponencial ao risco trazida pela evolução tecnológica nas práticas de segurança preventiva (KALDOR, 2018). Nesta linha, a noção de segurança e a própria ampliação deste escopo na ordem de “medidas de contenção” e “medidas emergenciais” possibilitam a inclusão do tema climático como pedra de toque deste parâmetro desafiador do senso militar como monopólio da área. Bem como, torna-se fiador da implantação de ações em nível global a partir da lógica contingencial, incutindo neste processo a percepção de antecipação do “risco futuro” (BECK, 2006), muito lastreado na busca de alternativas apresentadas por especialistas científicos (KJELLÉN, WALLESTEEN, 2012), que possibilitam o alijamento do debate público sobre o processo decisório na questão.

Contudo, apesar da flagrante dominação do tom cientificista nos debates sobre as providências no combate à degradação

climática, não é possível afirmar categoricamente que o tema foi retirado do domínio da opinião pública, ou mesmo que tenha ganhado revestimento securitário absoluto nos termos que se espera pela leitura de Copenhague, no sentido de se firmar o discurso sobre “ameaça”. Como marco na questão, o Protocolo de Quioto à Convenção de Mudança do Clima (ONU, 1997), formulado na esteira das cúpulas de alto nível da virada do século, continua propagando a ideia de risco global sobre a emissão descontrolada de gases estufa no planeta, e alarma para a implicação de mudanças em setores socioeconômicos cruciais dos Estados; todavia, não se vale do léxico da segurança.

Aqui ficam claros alguns limites da busca por um momento chave ao invés do olhar para processo de securitização (GUZZINI, 2011) neste caso, uma vez que a sucessão de acontecimentos ganha contornos alheios ao debate excepcionalista de segurança, sendo melhor enquadrado na leitura da Escola de Paris capaz de considerar a prática política e seus diferentes significados no decorrer da questão (KURTZ, 2012). O viés de disputa econômica, primordialmente industrial, posto na esteira do Protocolo de 1997 é flagrante deste movimento: retomou a cisma política entre Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos na chave de dominação econômica, pari passu à percepção da imperatividade de conciliação internacional em prol da sobrevivência geracional da humanidade.

Portanto, o que se destaca é a maleabilidade dada a estas temáticas para construção de interpretações que possibilitem o alargamento deste arcabouço retórico e institucional, abrindo caminho político para a construção de uma retórica excepcional preventiva, ainda que não tenhamos observado a realização completa de suas medidas concretas. Assim, é possível perceber a crescente no tom securitário desta trajetória, tendo como ponto crucial a discussão sobre as mudanças



climáticas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) inauguradas em 2007. A primeira manifestação do CSNU produzida neste contexto integra o grupo de expressões sobre a possível correlação que as transformações climáticas como gatilhos de conflito armado, e faz também referência às destabilizações sociais derivadas de escassez de recursos como o aumento de fluxo migratório em razão da deterioração das condições ambientais (CSNU, 2007).

Esta abordagem aponta para a dificuldade que o próprio órgão teve em cristalizar um entendimento sobre qual seu nível de alcance na questão e sua condição de gerar a execução de medidas para este escopo (SCOTT, 2012), inclusive reconhecendo a primazia dos demais vetores institucionais para a formulação de políticas neste campo (CSNU, 2007). A falta de previsibilidade das ações possíveis dentro da lógica militar costumeira do CSNU foi impeditiva das formulações sobre o nexo direto das mudanças climáticas como “ameaças à paz e à segurança internacional”, resguardando o tema à noção de fatores multiplicadores da vulnerabilidade. No entanto, isto não significa que a narrativa de risco existencial tenha perdido espaço nas considerações multilaterais sobre o clima.

A apreciação do debate de Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2009, em atenção às fragilidades de Estados subdesenvolvidos – especialmente de ilhas no Pacífico passíveis de se tornarem completamente inabitáveis no médio prazo –, demonstrou a preocupação da comunidade internacional estrita sobre o tema de forma mais palatável do que o discurso anterior (KURTZ, 2012). Desta reunião resultou a resolução 63/281 que convocou toda a institucionalidade onusiana a assumir papéis na elaboração de planos contingentes e preventivos nesta seara, com fundamento na Convenção-Quadro de 1992 (AGNU, A/RES/63/28).

A capacidade de se construir consenso alargado sobre o tema – ainda que demasiado amplo para qualquer tipo de ação executiva – indica que a dificuldade em trata-lo no eixo de segurança está também na capacidade de coercibilidade das medidas típicas com o uso da força do CSNU. Nem por isso o órgão se viu alijado politicamente da questão e aprofundou o nexo ensaiado anteriormente em um segundo debate em 2011, que ecoou o tom dado pela AGNU dois anos antes. Isto acrescenta à interpretação que o discurso securitário sobre o clima tem dificuldade em encontrar seu lastro na instância clássica do CSNU, sobretudo a partir da dúvida se sua atuação de fato geraria benefícios à concertação política e execução de medidas mitigadoras e preventivas (CONCA, THWAITES, LEE, 2017); mesmo este tendo alargado suas funções legislativas e escopo temático original de forma brutal, implicando até mesmo na redução de sua legitimidade (COHEN, 2008; FARRALL, LOISELLE, 2017).

Portanto, é interessante olhar para o Acordo estabelecido em Paris no ano de 2015 – a reboque de fracassos anteriores como a COP-09 em Copenhague (SCOTT, ANDRADE, 2012) – a fim de perceber o andamento do tom securitário da questão no fórum ampliado, para além das prerrogativas decisórias do CSNU. A Conferência foi recheada de apelos cognitivos, inclusive imagéticos, de toda ordem sobre a noção de ameaça existencial à humanidade desde seu lançamento (RØRBÆK, 2012). Se antes havia apenas um ensaio na redação documental sobre esta linha argumentativa, o texto da nova Convenção-Quadro explicita esta forma vernacular nos princípios iniciais do marco normativo: “Reconhecendo que as mudanças climáticas representam uma ameaça urgente e potencialmente irreversível para as sociedades humanas e para o planeta [...]” (ONU, 2015, p.1-2). Ainda que seja possível questionar o Acordo por apresentar concordâncias mínimas para a realização efetiva de medidas contingenciais, não se pode

deixar de verificar certa evolução da ideia securitária sob este viés, contando com a liderança da administração Obama nos anos de preparação ao encontro, profícua em professar o léxico securitizador sobre ameaças e riscos climáticos à existência da humanidade (BRZOSKA, 2012; GOLDSTEIN, 2016).

Deste estágio, portanto, é possível constatar que houve uma crescente inclusão da agenda ambiental na seara de segurança, impulsionada por noções de segurança multidimensional que atingem pontos decisórios cruciais das estruturas estatais (SAINT-PIERRE, 2013), não na instância óbvia do debate internacional de segurança, o CSNU, mas na concertação ampliada de acordos globais. Isto faz sentido a partir do enquadramento dado pela retórica do risco antecipado (BECK, 2006) e passa a compor o espectro preventivo sobre o combate da ameaça bastante disseminado como prática de segurança no pós-11/09 (KALDOR, 2018), com a qual as institucionalidades da governança internacional não estão preparadas política e normativamente para lidar (GOLDSTEIN, 2016), inclusive pela dificuldade em se desenhar e colocar em prática medidas excepcionais para o tema do clima.

PROSPECTOS DE OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA

A pandemia por COVID-19 e a Guerra na Ucrânia impuseram aos países desafios imensuráveis, como se pode observar em diagnóstico traçado pela FAO, 2022:

"É claro que a guerra resultou em uma situação massiva de deterioração de segurança alimentar na Ucrânia, interrompendo os meios de subsistência durante a estação de cultivo agrícola, criando restrições ao acesso físico a insumos e danos a casas, bens produtivos, terras agrícolas, estradas e outros espaços de infraestrutura civil. A guerra levou ao fechamento de portos, à suspensão das operações de esmagamento de sementes

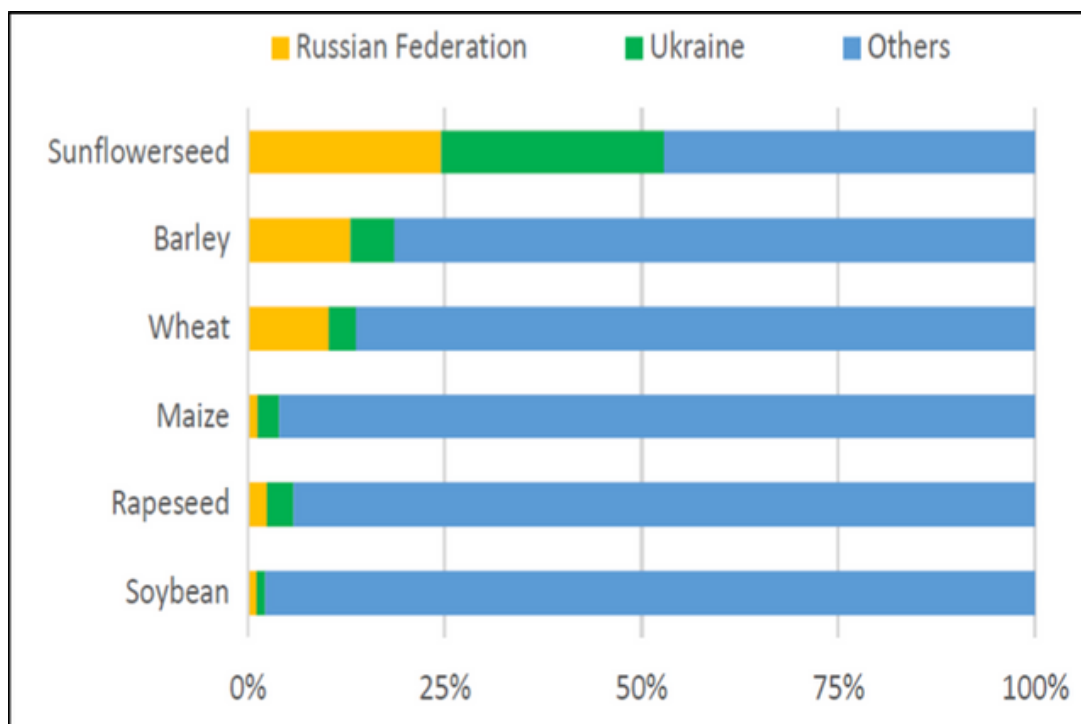
oleaginosas e à introdução de restrições e proibições de licenciamento de exportação para algumas culturas e produtos alimentícios. Cidades-chave estão sendo cercadas e continuam a sofrer bombardeios pesados, deixando as pessoas isoladas e enfrentando grave escassez de alimentos, água e suprimentos de energia" (FAO, 2022:3)

Segundo este Relatório da FAO, a Rússia e a Ucrânia estão entre os maiores produtores de commodities agrícolas do mundo. Ambos são importantes exportadores de produtos agrícolas e de insumos e fertilizantes, produtos que são produzidos por pouquíssimos países no mundo. Isso faz com que haja uma maior volatilidade e vulnerabilidade perante choques internacionais na oferta destes produtos. (FAO, 2022:3)

De acordo com o gráfico acima, é possível perceber o tamanho do percentual da Rússia e Ucrânia juntos em mercados de extrema importância, como sementes de girassol (juntos detêm mais de 50% da produção mundial), e quase 25% do fornecimento mundial de cevada e de trigo, o que mostra esta dependência de outros países de produtos que se encontram na mão de poucos produtores. A Rússia é o maior exportador de fertilizantes.

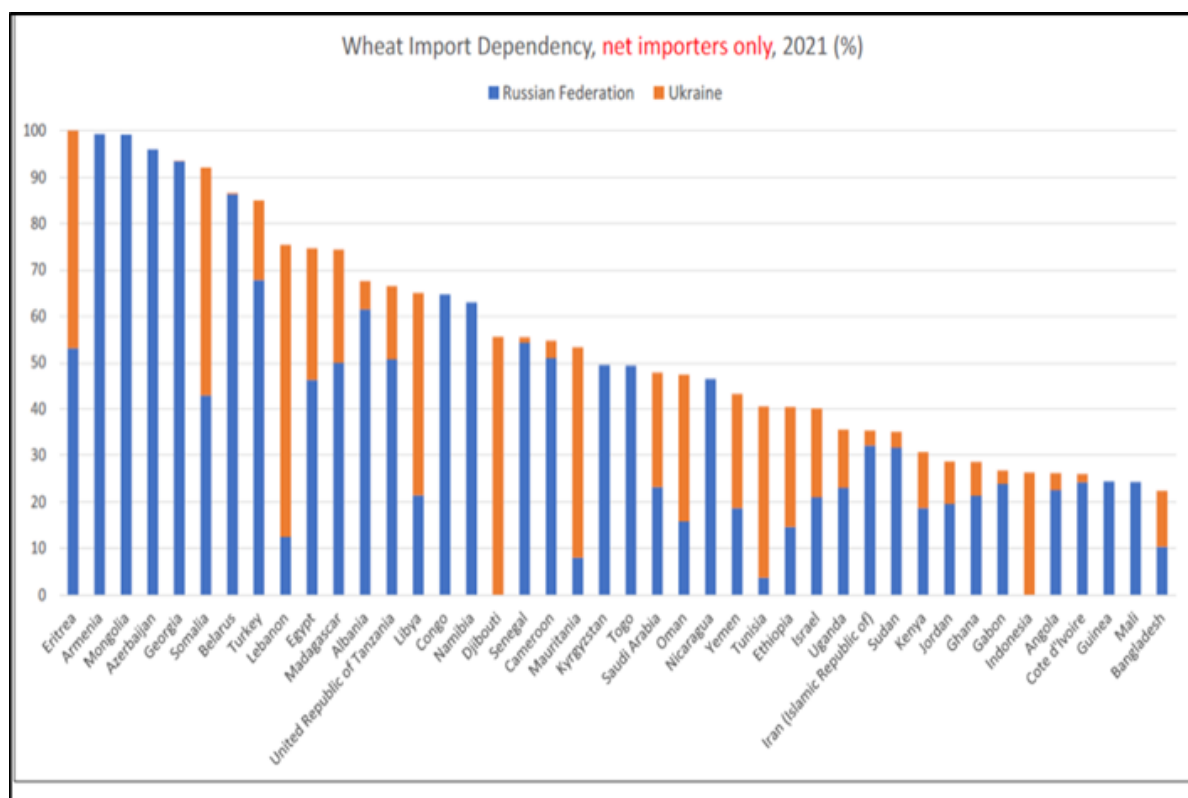
Entre os países com extrema dependência da importação de trigo, seja da Rússia, seja da Ucrânia, encontram-se países com PIB baixo, com instabilidades políticas, ou mesmo presença recente de guerras, intervenções e/ou instabilidades, como a Eritreia, Azerbaijão, Geórgia, Somália Líbano, Líbia e Congo. Sabe-se que, em contextos de instabilidades, a alta abrupta ou escassez de recursos vitais podem ser a "ponta de um iceberg" para a eclosão de conflitos de maiores proporções, com geração de refugiados, entre outras consequências.

Figura 1 - Percentual da produção Global em determinados cultivos
(Média entre 2016/2017-2020-2021)



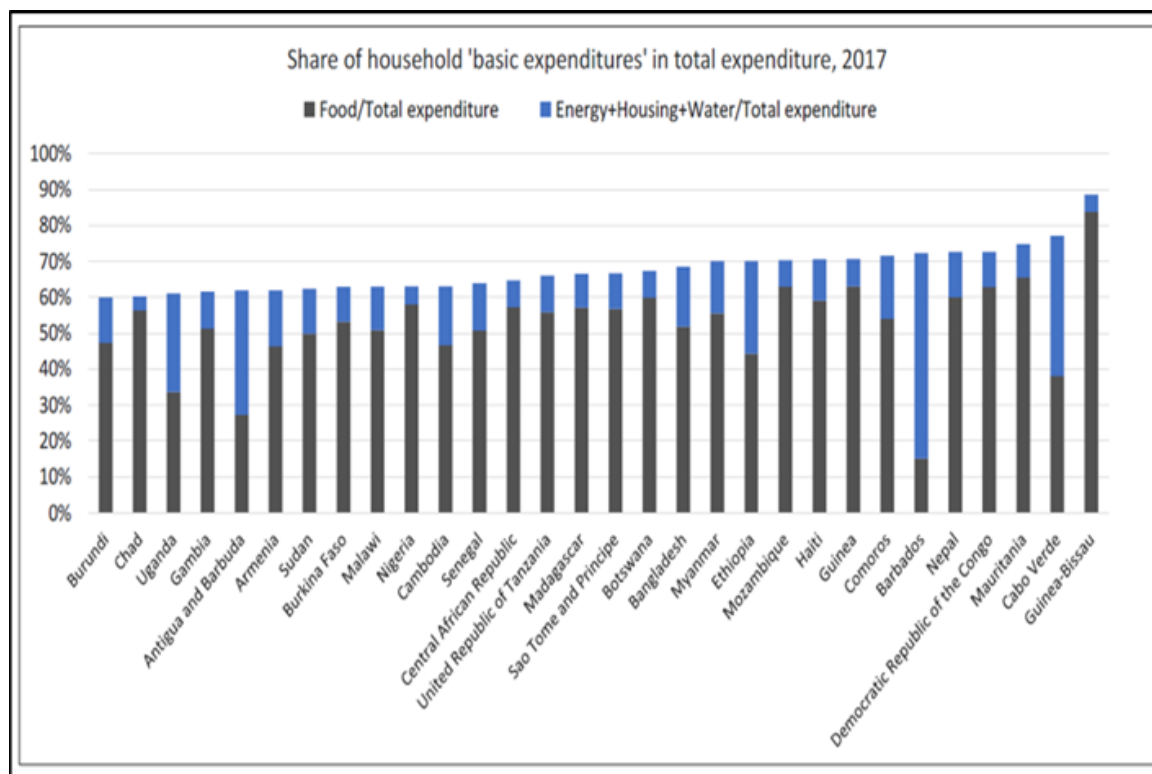
Fonte: FAO Report CL 169/3, (2022).

Figura 2 - Alguns países são intensamente dependentes da importação de trigo da Rússia e da Ucrânia.



Fonte: FAO Report CL 169/3, (2022).

Figura 3 - Os altos preços dos alimentos são regressivos nos países/famílias pobres



Fonte: FAO Report CL 169/3, (2022).

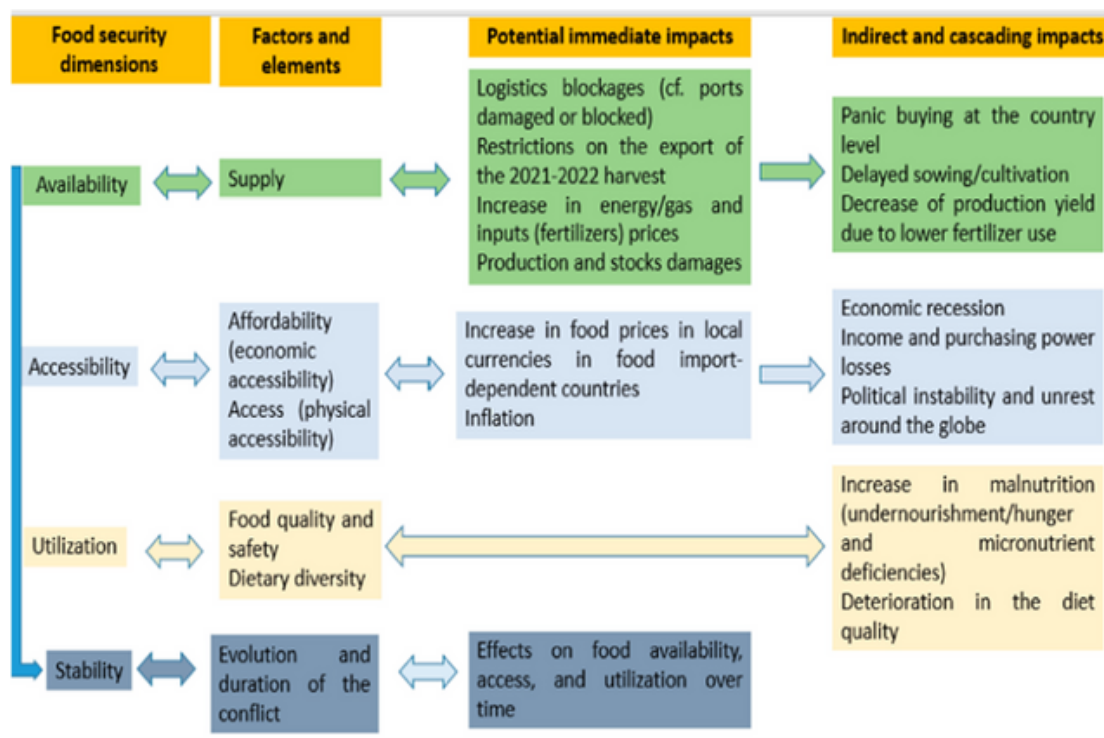
Sejam os preços dos combustíveis, sejam os preços dos alimentos, é importante notar que em alguns países, os gastos domésticos totais com combustível e alimentos ultrapassam 70% dos gastos totais, tornando estas sociedades intensamente vulneráveis à alta dos preços, que já vinham em alta em decorrência da pandemia por covid-19 e aumentaram nos últimos meses como consequência da Guerra na Ucrânia. Sabe-se que a imigração tem suas raízes em múltiplos fatores, mas um dos aspectos que motivam os imigrantes econômicos são a escassez de alimentos e/ou os preços altos dos alimentos no país de origem.

Ou seja, os países desenvolvidos, embora não sejam tão dependentes ou vulneráveis diante das oscilações de oferta ou de preços, devem buscar alternativas no sentido de contenção de crises humanitárias, com a geração de instabilidades e imigrações, como consequências diretas de crises de

abastecimento.

O Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Qu Dongyu, em seu discurso para a 169ª sessão do Conselho da FAO, convocado para discutir as consequências da guerra na Ucrânia sobre a segurança alimentar global, afirmou que as cadeias globais de abastecimento não poderão ser interrompidas, sob risco de gerar instabilidades nos países mais vulneráveis aos preços dos alimentos e combustíveis. Além disso, afirmou que a grande diferença entre esta crise da seca de 2008, é que desta vez, as altas nos custos de insumos e fertilizantes gerarão impactos nas colheitas do ano seguinte, ainda mais profundos que no ano corrente, e isto não ocorreu em 2008, as colheitas do ano seguinte não sofreram alteração (FAO: 2022).

Figura 4 - Panorama dos impactos de curto e longo prazo da Guerra



Fonte: BEN HASSEN & EL BILALI, 2022.

Para Ben Hassen e El Bilali (2022), as guerras trazem consequências imediatas e de longo prazo para a segurança alimentar. As consequências imediatas foram bloqueios às exportações de grãos, ou sua diminuição, pois a maior parte dos grãos produzidos pela Ucrânia são exportados por via marítima, principalmente pelos portos de Odessa, Mariupol e Kherson, os quais sofreram impactos significativos pela guerra. As saídas pelo Mar Negro foram bloqueadas. Alternativas por trem, de imediato, trariam enormes dificuldades logísticas, além do risco das linhas férreas também serem destruídas. Além disso, houve o deslocamento forçado de inúmeros camponeses/ produtores rurais destas regiões, o que já impactou no plantio da primavera/verão, bem como já impactou na colheita que haveria neste inverno próximo. E não se sabe ao certo o quanto os bloqueios à Rússia impactarão em sua oferta de alimentos da próxima temporada, e é importante frisar que a Rússia limitou a exportação de produtos agrícolas aos "países amigos", em respostas às sanções que lhes foram impostas. (BEN

HASSEN & EL BILALI, 2022:4)

Com relação aos impactos de médio e longo prazo, estão as decisões tomadas perante à alta dos custos de fertilizantes no mundo todo, fazendo com que agricultores optem por cultivos que demandam menos fertilizantes, como a soja, quando comparado à alta demanda do cultivo de trigo e do milho, por exemplo. Isso fará com haja uma pressão enorme em produtos alimentícios essenciais, como pães e cereais. Houve também uma alta nos custos de alguns produtos essenciais, devido às restrições às exportações, como medidas protecionistas e, de fato, protetivas, diante do cenário de guerra. Um outro efeito que vale ser mencionado é o efeito de estocar alimentos, causado pelo pânico diante da guerra, que acometeu muitos europeus, sobretudo na Inglaterra e na Itália, ocasião em que comerciantes chegaram a limitar a quantidade de alguns produtos, como massas e óleo (idem, 2022:5).

Finalmente, deve-se ter em conta que, feitas as



ressalvas quanto às diferentes vulnerabilidades, níveis de dependência e pobreza, todas as sociedades têm nos alimentos e nos combustíveis, meios essenciais para sobrevivência e, por isso, diante do cenário de crise e de guerras, estes são os recursos mais demandados, e por este motivo, devem ser criados mecanismos para que sua produção e escoamento não cessem, mesmo diante da guerra. Em paralelo, a busca por fornecedores alternativos, e a busca por fontes alternativas de alimentos e de combustíveis devem constar na pauta prioritária das agendas de segurança nacional e regional dos *policymakers* e seus principais *stakeholders*.

DESAFIOS REMANESCENTES

Assiste-se, na América do Sul, a cenários de desigualdade marcados pela violência, pobreza e inseguranças das instituições democráticas tanto na política como na sociedade que coexistem com abundância em riquezas naturais, como a produção de energia, combustíveis e alimentos tanto nos setores estratégicos de energia e o agropecuário. Para o fortalecimento na América do Sul baseados nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, implicará na necessidade de construção de um modelo multidimensional e cooperativo entre os governos. As oportunidades de cooperação em segurança e na economia reconhecem a urgência por um esforço de ações coletivas que contribuam com a segurança, bem-estar e a produção de uma dinâmica de políticas integradas.

Nesse sentido, dentre os 17 ODS (veja a figura abaixo), destacamos cinco (05) os seguintes: 1: Erradicação da pobreza; 9: Indústria inovação e infraestrutura; 10: Redução das desigualdades; 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes e 17: Parcerias e meios de Implementação e assim, possíveis oportunidades para o

desenvolvimento da cooperação sustentável na América do Sul. Seguindo tais parâmetros, a fim de superar desafios estruturais e potencializar setores construindo capacidades e tornando a segurança mais eficiente ao se tornar mais integrada e cooperativa como um elemento integrador da segurança doméstica e internacional em uma visão de gestão ampliada.

Para os objetivos acima mencionados entendemos que a interoperabilidade é um instrumento de garantia das iniciativas que geram resultados em conformidade com a agenda 2030 da ONU. Para isso, a interoperabilidade pode ser entendida como uma característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar) de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente (BRASIL, 2020).

O autor Bardach, entende que a colaboração interagências em sua operacionalidade é a união de duas ou mais agências que trabalham em conjunto gerando uma valoração pública sendo uma das soluções para as reformas organizacionais devido à instabilidade das estruturas levado em consideração: o ambiente, os mecanismo burocráticos-institucionais e temporalidade das agências para que se construa um (ou mais) modelo(s) mais articulado(s) interdependente e que as beneficiem mutuamente somando seus esforços.

A investigação das melhores práticas da empregabilidade da cooperação em operações interagências nos níveis: operacional e estratégico, respectivamente onde os profissionais locais trabalham em conjunto para a implementação de programas e com atores políticos para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades locais. (MCQUAID, 2007).

Figura 5 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas Brasil.

As operações e a coordenação interagências podem ser definidas como um processo no qual duas ou mais organizações se unem para resolver um problema específico ou atender a uma necessidade específica. Ele carrega consigo a suposição de que, trabalhando em conjunto, as agências aumentarão sua eficácia, disponibilidade de recursos e capacidade de tomada de decisão e, assim, auxiliarão mais efetivamente na resolução de uma necessidade ou problema da comunidade que não poderia ser atendido por nenhuma agência isolada (CANHAM, 1979 p.22).

Além do fomento aos acordos bilaterais ou multilaterais, a cooperação é, em parte, um princípio de garantia das operações nos setores estratégicos. A seguir, abordaremos os recursos fundamentais para o fortalecimento de atividades lucrativas entre os Estados em foco, com o intuito de alavancar o desenvolvimento socioeconômico, são eles: energético e alimentício. Em vista disso, o encadeamento construído entre setores para que os negócios sejam incentivados, se

desenvolvam, e garantam a satisfação para as demandas específicas, assegurando uma vida saudável e promovendo o bem-estar para todos.

O primeiro é a segurança energética, que de acordo com a Agência Internacional de Energia (IAE), é a oferta e disponibilidade de serviços energéticos a todo momento, em quantidades suficientes e a preços acessíveis. Portanto, o incentivo à produção de energias limpas, renováveis e acessíveis são essenciais ao desenvolvimento sustentável da segurança energética em benefício da redução das desigualdades, erradicação da pobreza e também impulsionam a projeção internacional da região latinoamérica. A segurança energética deixa de ser uma matéria relacionada à lógica da guerra e a assuntos eminentemente militares para se aproximar de questões que se referem a relações econômicas decorrentes de investimentos em empreendimentos no setor de energia (PAIVA, 2015, p. 13-85).



A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), pretende aliar todos os aspectos de integração interestatal, tanto nos setores econômico e comercial como no político e físico. A integração por meio do setor energético é uma oportunidade de autonomia de projeção internacional. O autor Bassani (2016 p.242), descreve algumas recomendações, enquanto se aguarda a celebração do tratado multilateral, ele sugere que os membros efetivem relevantes projetos bilaterais ou sub-regionais, mesmo que limitados e pontuais. E, apesar da complexidade do tema, acredita que investimentos em infraestrutura de linhas de transmissão, em razão do crescimento da geração de energia elétrica em longo prazo, por fontes renováveis ou convencionais, devem ser priorizados.

Sob o domínio econômico do Brasil, em relação ao setor de petróleo, gás e petroquímica, o governo brasileiro procurava explorar as potencialidades decorrentes dos recursos extraídos e da tecnologia de produção e gestão envolvidos na descoberta das reservas de hidrocarbonetos da camada pré-sal, localizadas na zona oceânica (PAIVA, 2017).

O segundo, a segurança alimentar, nesse instante, busca-se ressaltar a preocupação com que países são acometidos com a insegurança alimentar causada pela má nutrição e intensificada pelos conflitos armados, crises econômicas e ambientais são responsáveis pelo aumento da pobreza. No mundo, há uma escalada a sobrevivência, nos relatórios da ONU (2021), mostram que os números globais de fome subiram e que cerca de 2,3 bilhões de pessoas no mundo (29,3%) enfrentam insegurança alimentar moderada ou severa em 2021 – 350 milhões a mais em comparação com antes do surto da pandemia de COVID-19. Cerca de 924 milhões de pessoas (11,7% da população global) enfrentam a insegurança alimentar em níveis severos, um aumento de 207 milhões em dois anos.

No relatório Organización de las Naciones

Unidas para la Alimentación y la Agricultura (2021 p.13), os números indicam preocupantes desigualdades regionais. Isto é, cerca de uma em cada cinco pessoas (21% da população) estava morrendo de fome na África em 2020, proporção que supera mais de duas vezes a de qualquer outra região. Visto que, representa um aumento de 3 pontos percentuais em um ano. Em seguida vem a América Latina e o Caribe (9,1%) e Ásia (9,0%), que registraram aumentos de 2,0 e 1,1 pontos percentuais, respectivamente, entre 2019 e 2020.

No Brasil, existe uma concentração de empresas e indústrias que são grandes articuladoras (*players*) no mercado europeu (veja a tabela abaixo), é imprescindível frisar a interdependência dos setores e o impacto do fluxo de exportações brasileiras o qual propicia um ambiente favorável à segurança alimentar e a geração de capital interno.

A sustentabilidade no setor alimentar se dá na forma como tratamos os alimentos, como são produzidos e como o uso consciente dos recursos naturais podem contribuir para criar um futuro sustentável em que as sociedades, em comunhão com a natureza possam coexistir e prosperar. Desse modo, oferecendo incentivos a todos os atores para participar construtivamente de mudanças inovadoras e sistêmicas que levam a transformar os sistemas alimentares. (FAO, 2022)

Por fim, o desafio remanescente na América do Sul está associado à criminalidade organizada transnacional, que é um fenômeno complexo ao qual necessita de respostas integradas e multidimensionais. Nesse sentido, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional foi adotada há mais de duas décadas, com o intuito de construir capacidades entre os Estados para que sejam ágeis, em ações estruturadas, coordenadas e cooperativas. “A Europa continua a ser um mercado de destino atraente para os produtores de cocaína latinoamericanos. As redes criminosas da Colômbia, Peru e Bolívia

Tabela 1 - Exportações brasileiras destino União Europeia 2022

Data	Valor	Var. (%) Igual Mês do Ano Anterior	Part. (%) no Total Brasil
8/2022	4.261,5	14,7	13,8
7/2022	4.594,4	45,8	15,4
6/2022	4.836,3	26,9	14,7
5/2022	5.134,5	59,1	17,3
4/2022	4.164,2	19,5	14,4
3/2022	4.490,9	35,6	15,3
2/2022	3.523,7	59,1	15,0
1/2022	2.824,2	53,5	14,3
12/2021	3.038,4	60,2	12,4
11/2021	2.662,9	15,5	13,0
10/2021	2.905,9	27,6	12,9
9/2021	3.167,0	32,2	13,0
8/2021	3.716,3	68,4	13,7

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Brasil, 2022).

mantém há muito tempo contatos com redes criminosas europeias para organizar o fornecimento por atacado de quantidades sem precedentes de cocaína. A cocaína atinge preços muito altos na Europa em comparação com a maioria das outras regiões do mundo, o que implica margens de lucro significativas tanto para produtores e distribuidores de cocaína no mercado europeu” (Global Initiative Against Transnational Organized Crime, 2021, p.10).

Nota-se que existem muitos desafios a serem superados para os estreitamentos de relações e convergências institucionais em prol de ações conjuntas de segurança no combate ao crime organizado transnacional, visto que na América do Sul, os crimes violentos e o tráfico de drogas estão diretamente associados.

Todavia, as organizações criminosas se articulam velozmente infiltrando-se em instituições e territorializam zonas periféricas, se estabelecem rotas estratégicas nas fronteiras articulando seus negócios ilícitos, em torno do tráfico de drogas e armas, construindo um ambiente de insegurança e instabilidade na governança regional e local.

O Crime Organizado transnacional de drogas e armas é um fenômeno desestabilizador onde as suas interconexões globais fornecem mecanismos para grupos criminosos organizados para operar como redes comerciais altamente capazes e violentas com cadeias de abastecimento ilícitas eficientes, rotas marítimas e terrestres estruturadas com acesso a novos mercados e territórios com *expertise* em métodos de ocultação e principalmente com capacidade de lavagem de lucros ilícitos em uma escala sem precedentes.

Na verdade, a maioria das facções articulam-se a partir de atividades, ligações ou relacionamentos transfronteiriços. Desse modo, qualquer resposta ao crime organizado deve, portanto, ser igualmente cooperativa e interagências, abordando muitos atores, discursos e práticas mas também facilitadores civis e militares que, juntos, formam uma rede de contenção e combate a essas atividades ilícitas promovendo a interoperabilidade entre os *stakeholders* construindo um ambiente de segurança integrada no entanto resiliente no desenho e instauração de operações e iniciativas de políticas públicas. O termo interagências indica um grupo altamente

diverso de atores operando independentemente em um ambiente de crise.” (PEREIRA, 2016).

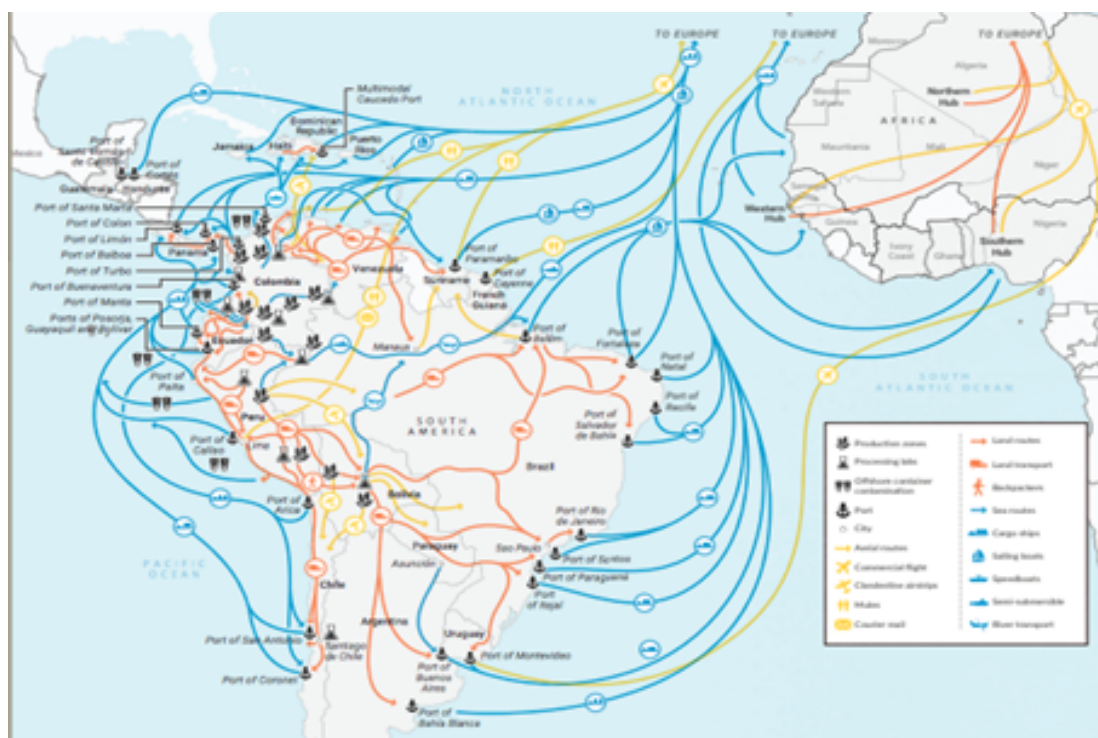
Semelhante à presença de seus pares europeus na América Latina, as redes criminosas latino-americanas também estão estabelecidas na Europa. No entanto, sua presença permanece limitada e é amplamente restrita à ligação com contrapartes criminosas baseadas na Europa e com facilitadores de esquemas de lavagem de dinheiro. Algumas organizações colombianas de narcotráfico formaram “consórcios” com redes criminosas na Europa. Eles assumem a responsabilidade pela receptação, armazenamento e distribuição da cocaína traficada para a UE. (UNODC, 2021, p.25, tradução nossa).

Apesar das limitações relacionadas ao acesso à informação, com informações desatualizadas, uma breve e geral análise da conjuntura atual da América do Sul feita com apreensões pode ser apresentada e diagnosticada. Esses espaços de poder são preenchidos pelo vazio de

governabilidade e ações eficientes de repressão pelos estados, são maximizados como a falta de interação entre os países, em um mesmo continente, e ausência da promoção de uma política antidrogas marcam negativamente os dados apresentados, e se conectam as altas taxas de homicídios por arma de fogo e todos os conflitos regionais, em sua maioria, gerados pela intensa guerra das facções narco traficantes.

A partir das reflexões multisetoriais apresentadas, a difusão da cooperação internacional é primordial em benefício do desenvolvimento das dinâmicas econômicas, políticas e científicas, não é exagero afirmar que, simultaneamente, toma um caráter diplomático pela garantia dos direitos humanos. A articulação em constante aperfeiçoamento entre atores contribuirá para um ambiente mais estável articulando uma conjuntura de oportunidades em setores estratégicos intramuros reduzindo a desigualdade, violência e a letalidade.

Mapa 1 - O tráfico ilícito de cocaína da América Latina para a Europa (2021)



Fonte: Global Initiative Against Transnational Organized Crime (2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/63/281. Climate change and its possible security implications. Nova York. 11/06/2009.

BECK, Ulrich. Living in the world risk society. *Economy and Society*, v.35, n.3. 2006. p. 329-345.

BEN HASSEN, T.; EL BILALI, H. Impacts of the Russia-Ukraine War on Global Food Security: Towards More Sustainable and Resilient Food Systems? *Foods* 2022, 11, 2301. <https://doi.org/10.3390/foods11152301>

BRZOSKA, Michael. Climate change as driver of security policy. In: SCHEFFRAN, Jürgen, et al. *Climate Change, Human Security and Violent Conflict: challenges for societal stability*. Berlin: Springer-Verlag. 2012. p. 165-184.

BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Ed. Unesp. 2012.

BUZAN, Barry. WAEVER, Ole DEWILDE, Jaap. *Security: A new framework for analysis*. Colorado: Lynne Rienner Publishers. 1998.

BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior (Brasil, 2022). Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html Visitado em 18/09/2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Informações: Agência Internacional de Energia-Segurança Energética. Disponível em: <https://adaptabrasil.mcti.gov.br/detalhes-energia>

BRASIL. Ministério da Economia: Interoperabilidade. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/interoperabilidade#:~:text=A%20interoperabilidade%20pode%20ser%20entendida,de%20maneira%20eficaz%20e%20eficiente>

-

BARDACH, Eugene. *Getting Agencies to Work Together: The practice and theory of managerial craftsmanship*. Washington: Brookings Institution Press, 1998.

CANHAN, Ronald R. *Interagency Coordination and Rapid Community Growth*. 1979.

COHEN, Jean L. *A Global State of Emergency or the Further*.

Constitutionalization of International Law: a pluralist approach. *Constellations*, v.15, n. 4, 2008. p. 456-484.

CONCA, Ken. THWAITES, Joe. LEE, Goueun. Climate Change and the United Nations Security Council: bully pulpit or bull in a china shop? *Global Environmental Politics*, v.17, n.2. May. 2017

CÔTÉ, Adam. Agents without agency: assessing the role of audience in securitization theory. *Security Dialogue*, v.47, n.6. 2016. p. 541-558.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). S/2007/186. Letter dated 5 April 2007 from the Permanent Representative of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the United Nations addressed to the President of the Security Council. Nova York, 05/04/2007.

CHARLESWORTH, H.; FARRALL, J. *Strengthening the Rule of Law through the United Nations Security Council*. Londres: Routledge. 2016.

GOLDSTEIN, Joshua S. Climate Change as a Global Security Issue. *Journal of Global Security Studies*, 1:1. 2016.

FAO. Impact of the Ukraine-Russia conflict on global food security and related matters under the mandate of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Março 2022. CL 169/3.

FAO. Crise na Ucrânia: o mundo ainda pode conter o impacto global na segurança alimentar com as políticas corretas, alerta o Diretor-Geral da FAO. 08/04/2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1505571/>. Acesso em: 18/09/2022.

FARRALL, Jeremy. LOISELLE, Marie-Eve. The UN Security Council as regulator and subject of the rule of law: conflict or confluence of interest?.

GUZZINI, Stefano. Securitization as a Causal Mechanism. *Security Dialogue*, 42:4-5. 2011. p. 329-341.

KALDOR, Mary. *Global Security Cultures*. Cambridge: Polity Press. 2018.

KJELLÉN, Bo. WALLENSTEEN, Peter. Climate Changing, Peacekeeping, and Perspectives for UN Reform. In: SCHEFFRAN, Jürgen, et al. *Climate Change, Human Security and Violent Conflict: challenges for societal stability*. Berlin: Springer-Verlag. 2012. p. 685-694.

KURTZ, Gerrit. Securitization of Climate Change in the United Nations 2007 – 2010. In: SCHEFFRAN, Jürgen, et al. *Climate Change, Human Security and Violent Conflict: challenges for societal stability*. Berlin: Springer-Verlag. 2012. p. 669-684.

MCQUAID, Ronald. W.; LINDSAY, Colin; DUTTON, Matthew; MCCRAKEN, Martin. *Best Practice in Inter-Agency Co-operation on Employability*. Edimburgo: Employment Research Institute, 2007.

OELS, Angela. From 'Securitization' of Climate Change to 'Climatization' of the Security Field: comparing three theoretical perspectives. In: SCHEFFRAN,

Jürgen, et al. *Climate Change, Human Security and Violent Conflict: challenges for societal stability*. Berlin: Springer-Verlag. 2012. p.185-206.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática*. Nova York, 09/05/1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Paris, 12/12/2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Protocolo de Quito à Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática*. Quioto, 11/12/1997.

ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>

ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS. O número de pessoas afetadas pela fome sobe para 828 milhões em 2021. Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/189062-numero-de-pessoas-afetadas-pela-fome-sobe-para-828-milhoes-em-2021>>

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. *Estado del Mundo*. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/cb4474es/cb4474es.pdf>>

PAIVA, Iure (2015). As dimensões militares, ambientais e econômicas da segurança energética: análise a partir dos desafios e oportunidades do Brasil no contexto internacional.

PAIVA Iure (2017). *ENERGY SECURITY IN LATIN AMERICA AND INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN COMPANIES*.

PEREIRA, Fábio. (2016). O ambiente interagências nas operações de Pacificação do Complexo da Maré.

ROTHSCHILD, Emma. What is Security?. *Dædalus*, v.124, n.3. 1995. p.53-98.

ROZNAI, Yaniv. Insecurity of Human Security. *Wisconsin International Law Journal*, v.32, n.1. 2014. p. 95-142.

RØRBÆK, Tore. Words, Visuals and the Vanished Enemy: visual securitization and the COP15 opening film. In: SCHEFFRAN, Jürgen, et al. *Climate Change, Human Security and Violent Conflict: challenges for societal stability*. Berlin: Springer-Verlag. 2012. p. 273-288.

SAINT-PIERRE, Héctor L. "Defesa" ou "Segurança": reflexões entorno de conceitos e ideologias. In: MEI, Eduardo, SAINT-PIERRE, Héctor L. *Paz e Guerra: defesa e segurança entre as nações*. São Paulo: Ed. Unesp. 2013. p. 11-38.

SCOTT, Shirley V. The Securitization of Climate Change in the World Politics: how close have we come and how full securitization would enhance the efficacy of global climate change policy? *RECIEL*, v.21, n.3. 2012. p. 220-230.

SCOTT, Shirley V. ANDRADE, Roberta C.D. The Global Response to Climate Change: can the Security Council assume a lead role? *Brown Journal of World Affairs*, v. XVIII, i.II. 2012. p. 215-226.



SECRETARIA de Comércio Exterior (Brasil, 2022). Disponível em https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html, Acesso em: 17/09/2022

TROMBETTA, Maria Julia. Environmental Security and Climate Change: analyzing the discourse. Cambridge Review of International Affairs, v.21, n.4. 2008. p.585-602.

UNODOC. United Nations Office on Drugs and Crime. Globay Study on Firearms. Disponível em: <<https://www.unodc.org/ropan/en/BorderControl/container-control/ccp-glossary-of-terms.html>>

UNODOC. United Nations Office on Drugs and Crime. Cocaine Insights 2021. Disponível: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Cocaine_Insights_2021.pdf>

VILLA, Rafael Duarte. A segurança global multidimensional. Lua Nova, n. 46. 1999. p. 99-118.